

de 12 meses, sendo o valor de R\$ 257.382,42 para o presente exercício, o valor de R\$ 1.286.912,17 para o exercício de 2021, onerando o orçamento em sua classificação orçamentária 26782160549070000-33903982. O valor do contrato passa a ser de R\$ 4.951.858,80. REDUÇÃO da execução de serviços do atual período contratual entre 16.10.19 e 15.10.20, na proporção de 3,08% do valor contratual inicial, no valor de R\$ (54.068,94). – 6. CLÁUSULA SEXTA: DO ANEXO I (orçamento/proposta): O Anexo I, autuado às fls. 47/48 do Protocolo, foi aprovado pelo Diretor de Operações em 31.08.20, às fls. 70/71 do mesmo protocolo. – 7. CLÁUSULA SETIMA: DA GARANTIA: A caução que se encontra depositada, garante a execução da presente prorrogação contratual, com vigência do título revalidada. – 8. CLÁUSULA OITAVA: RESOLUTIVA: A prorrogação do contrato está sujeita à condição resolutive consistenciada à celebração do novo contrato oriundo do Edital 387/2019, ou outro que venha substituí-lo com objeto semelhante. Nessa hipótese, a contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização. – 9. CLÁUSULA NONA: DO ESCLARECIMENTO: Este é o 2º Termo Aditivo e Modificativo do Contrato. – 10. CLÁUSULA DECIMA: DA CONFIRMAÇÃO: Continuam em vigor as demais cláusulas do contrato que não colidam com o presente.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

DIVISÃO REGIONAL DE SÃO PAULO

Comunicado

Divulgação do pagamento que será realizado, de acordo com o disposto no artigo 5º da Lei 8.666/93, no inciso XIII do artigo 10 do regulamento do Sistema BEC/SP, c.c. o parágrafo único do artigo 1º do Decreto 45.695 de 05-03-2001.

UG LIQUIDANTE	VENCIMENTO	Nº DA PD	N. EMPENHO	VALOR
162112	18-11-2020	PD00068	2020NE0117	R\$ 915,50
162112	22-11-2020	PD00069	2020NE0119	R\$ 1.728,00
Total				R\$ 2.643,50

Cultura e Economia Criativa

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SCEC - 34, de 04-11-2020

Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998, que torna pública a intenção da Secretaria de Cultura e Economia Criativa em celebrar contrato de gestão para gerenciamento do Conservatório Dramático e Musical Dr. Carlos de Campos, de Tatuí, e convida as Organizações Sociais de Cultura qualificadas pelo Estado de São Paulo para apresentarem suas propostas.

O Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo resolve:

Título I – Do Certame

Artigo 1º – Realizar a presente convocação pública, nos termos do artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998, para que as entidades privadas sem fins lucrativos, que possuam qualificação como Organização Social de Cultura, na hipótese de comprovado interesse em celebrar Contrato de Gestão com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, para gerenciamento do equipamento cultural infratçado, se credenciem emanifestem seu intento junto ao Titular da Pasta, em até odia 03-12-2020.

1º – As instituições interessadas deverão apresentar as suas propostas para o gerenciamento do CONSERVATÓRIO DRAMÁTICO E MUSICAL “DR. CARLOS DE CAMPOS” DE TATUÍ.

2º – As orientações e a apresentação correspondente ao equipamento cultural mencionado no parágrafo primeiro, incluindo seu histórico de criação, características técnicas, principais dados e resultados e demais informações necessárias à elaboração da proposta, estão discriminadas no Termo de Referência e seus anexos que integram esta Resolução.

3º – Diante da situação sanitária enfrentada, a presente convocação pública será realizada virtualmente.

4º – A critério da Administração, a sessão pública poderá ser presencial.

5º – As Organizações Sociais de Cultura interessadas deverão apresentar proposta para o objeto cultural referido no artigo 1º, § 1º desta Resolução, contendo todos os custos e especificidades relacionadas à sua gestão, atendendo todas as exigências estabelecidas na presente Resolução e anexos.

6º – Não serão habilitadas as Organizações Sociais que não cumprirem as exigências contidas nessa Resolução.

7º – Serão desclassificadas as propostas que não atendam ao disposto no § 5º deste artigo.

Título II – Do Objeto

Artigo 2º – O Contrato de Gestão ao qual se refere o artigo 1º desta Resolução terá por objetivo pactuar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização do gerenciamento do equipamento cultural, indicado no § 1º do artigo 1º, compreendendo a realização de um conjunto de ações na área cultural, bem como a sistemática administrativa e econômico-financeira da gestão, conforme detalhamento contido no Termo de Referência para a Elaboração da Proposta Técnica e Orçamentária - Anexos a esta Resolução.

1º – Integram o Contrato de Gestão os documentos a seguir mencionados, disponíveis no Termo de Referência, por meio do portal <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacoes-sociais-de-cultura/convocacoes-publicas/>

Anexo I – Plano Estratégico de Atuação

Anexo II – Plano de Trabalho – Ações e Mensurações

Anexo III – Plano Orçamentário

Anexo IV – Obrigações de Rotina e Compromissos de Informação

Anexo V – Cronograma de Desembolso

Anexo VI – Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis e Intangíveis

Anexo VII – Termo de Permissão de Uso dos Bens Imóveis
2º – O contrato a ser celebrado para a gestão do CONSERVATÓRIO DRAMÁTICO E MUSICAL “DR. CARLOS DE CAMPOS” DE TATUÍ terá vigência até 31-12-2025 e o início de sua vigência estará condicionado à rescisão do atual Contrato de Gestão 06/2017, de mesmo objeto.

Título III –do Credenciamento

Artigo 3º - O credenciamento será realizado mediante envio de formulário preenchido a e-mail ufc@cultura.sp.gov.br, conforme modelo do Anexo 01 da presente resolução, que deverá ser assinado eletronicamente, no prazo previsto no caput do artigo 1º da presente resolução.

1º - O credenciamento será efetivado após confirmação, por parte da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em até um dia útil do recebimento do respectivo formulário, momento em que serão passadas as informações de acesso e sigilo, bem como as orientações detalhadas para envio de toda documentação (acesso remoto para upload dos arquivos) e demais instruções que se fizerem necessárias.

2º - Em caso de não recebimento da confirmação de seu credenciamento no prazo previsto no § 1º, as instituições interessadas deverão entrar em contato, exclusivamente, por Whatsapp, no número (11) 97533-9261 solicitando a confirmação de seu credenciamento, que será dada a sexta-feira, das 9h

às 18h até último dia do prazo previsto no caput do artigo 1º da presente resolução.

3º - Durante o prazo de credenciamento, previsto no artigo 1º, as Organizações Sociais interessadas, poderão por meio do e-mail ufc@cultura.sp.gov.br, ou pelo Whatsapp, no número mencionado no § 2º, agendar visitas técnicas e tirar dúvidas, para subsidiar a elaboração da proposta. Não serão aceitas alegações a posteriori de desconhecimento de qualquer questão, seja ela técnica, estrutural ou financeira que envolvam o objeto da presente Convocação Pública ou mesmo qualquer outro aspecto não esclarecido durante o período de chamamento.

Título IV – da Habilitação e recebimento das propostas
Artigo 4º - A Organização Social de Cultura credenciada para participar da presente convocação pública deverá enviar uma proposta para o equipamento cultural mencionado no § 1º do artigo 1º desta Resolução, em dois conjuntos de documentos, denominados “CONJUNTO 1 – Documentação Comprobatória e Institucional” e “CONJUNTO 2 – Proposta Técnica e Orçamentária”.

1º - O envio dos documentos será feito através da internet (upload) por cada Organização Social credenciada, mediante acesso concedido pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em uma pasta autorizada para cada instituição que será nomeada com a razão social da Organização Social. Em cada pasta, estarão disponíveis 2 (duas) subpastas, denominadas, respectivamente “CONJUNTO 1 – Documentação Comprobatória e Institucional” e “CONJUNTO 2 – Proposta Técnica e Orçamentária”.

2º - O acesso à pasta virtual para upload dos documentos será concedidos somente para a instituição proponente, na confirmação do seu credenciamento. Vale ressaltar que as organizações sociais que vierem a apresentar propostas, não terão acesso às pastas umas das outras.

3º - Todos os documentos enviados deverão ser gravados separadamente e obrigatoriamente nomeados conforme Anexo 02 da presente resolução, em formato PDF pesquisável, de no máximo 4MB. Caso os documentos sejam superiores ao limite máximo estabelecido de 4MB, deverão ser divididos em partes, conforme modelo no anexo 02. A proposta técnica deverá também ser enviada em formato Word e a proposta orçamentária no formato aberto Excel. Não serão considerados os documentos que não estejam adequados aos formatos solicitados por não serem compatíveis com as plataformas digitais do governo do Estado de São Paulo.

4º - Todos os documentos que compõem os CONJUNTOS 1 e 2, que necessitam de assinatura dos representantes legais, conselheiros e diretores, obrigatoriamente devem estar assinados eletronicamente. Naqueles documentos em que não há como evitar a assinatura física, como as atas de reunião do conselho, entre outros, os mesmos poderão conter as assinaturas físicas digitalizadas daqueles que determina os incisos I e II do artigo terceiro (conselheiros, etc.), porém, devem ser assinados digitalmente por um responsável da Organização Social (diretor ou presidente do conselho de administração). A assinatura digital do responsável pela OS servirá como autenticação do documento apresentado.

5º – Será permitido o upload dos arquivos contendo a documentação dos CONJUNTOS 1 e 2, impreterivelmente, até 23h59 do dia 04-12-2020. Após este horário o acesso ao ambiente virtual não mais estará disponível.

6º – A Secretaria de Cultura e Economia Criativa não se responsabiliza pela falha na inscrição por conta de problemas em servidores, em provedores de acesso, na transmissão de dados, na linha de comunicação, por lentidão dos servidores ou qualquer outra razão, cabendo a proponente a devida prudência para realização dos atos necessários em tempo hábil.

7º – Em caso de comprovada falha de infraestrutura da Secretaria de Cultura e Economia Criativa no último dia do prazo de upload, este poderá ser prorrogado a critério da Administração.

8º – Encerrado o prazo para upload da documentação, conforme § 5º, a Comissão de Servidores realizará a conferência do conteúdo que compõem o CONJUNTO 1, previamente à realização da Sessão Virtual.

9º – Somente serão analisadas as propostas técnicas e orçamentárias constantes do CONJUNTO 2 das instituições que tenham sido habilitadas na análise de documentação do CONJUNTO 1.

10º – Serão desclassificadas as propostas que não atendam ao disposto neste Artigo desta Resolução.

I - CONJUNTO1 – Documentação Comprobatória e Institucional

DOS DOCUMENTOS

a) Procuração (com firma reconhecida) que habilita conselheiro, dirigente ou preposto a representar a instituição durante a Sessão Pública Virtual.

b) Relação dos arquivos enviados dos documentos das demais alíneas deste inciso;

c) Comprovação de qualificação da entidade como Organização Social de Cultura, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo;

d) Estatuto Social atualizado e consolidado, devidamente registrado;

e) Ata registrada, pela qual o Conselho de Administração aprova a participação da entidade na presente convocação pública, bem como aprova a proposta técnica e orçamentária apresentada no CONJUNTO 02 para celebração de contrato de gestão;

f) Última ata registrada, de eleição, indicação e/ou nomeação dos diretores e demais instâncias consultivas, normativas e/ou deliberativas, incluindo-se Conselho de Administração e Conselho Fiscal (se houver), da Organização Social de Cultura;

g) Relação de todos os conselheiros de Administração e Fiscal (se houver) em exercício, com indicação do período de mandato, conforme disposição do Estatuto Social, acompanhada dos respectivos currículos resumidos;

h) Declarações, em papel timbrado da Organização Social, assinadas pelos conselheiros, de que atendem ao contido no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998, e ao artigo 4º do Decreto Estadual 43.493, de 29-09-1998, com redação dada pelo Decreto Estadual 50.611, de 30-03-2006;

i) Cédulas de identidade, dos cartões de Cadastro de Pessoas Físicas (caso o número não conste das cédulas de identidade) e dos comprovantes de endereço (emitidos a no máximo seis meses da data de upload dos documentos) dos atuais dirigentes da entidade;

j) Declarações, em papel timbrado da Organização Social, assinadas pelos atuais dirigentes da entidade, de que atendem ao contido no artigo 4º do Decreto Estadual 43.493, de 29-09-1998;

k) Manual de Recursos Humanos da entidade, contendo plano de cargos e salários que especifique as formas de contratação os valores em vigor ou que serão praticados na OS para remuneração mensal (bruta, mais encargos e benefícios, se houver) de cada um dos cargos de direção e de empregados previstos no contrato de gestão, devendo o referido documento preferencialmente já estar adequado ao Referencial de Boas Práticas para os Manuais de Recursos Humanos das Organizações Sociais de Cultura do Estado de São Paulo (disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/eessseers/2015/11/2017.03.29-Referencial-Boas-Pr%C3%A1ticas-Manuais-RH.pdf>) e respectiva ata de aprovação pelo Conselho de Administração, registrada ou com protocolo de registro em cartório;

l) Regimento interno da entidade, com cópia simples da respectiva ata de aprovação pelo Conselho de Administração, registrada ou com protocolo de registro em cartório;

m) Regulamento de compras e contratações de serviços da entidade, preferencialmente já adequado ao Referencial de Boas Práticas para os Manuais de Compras e Contratações de Compras e Contratações das Organizações Sociais de Cultura do Estado de São Paulo (disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/eessseers/2015/11/2017.03.29-Referencial-Boas-Pr%C3%A1ticas-Regulamento-de-Compras-e-Contratacoes-de-Compras-e-Contratacoes.pdf>).

rençial de Boas Práticas para os Manuais de Compras e Contratações das Organizações Sociais de Cultura do Estado de São Paulo (disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/eessseers/2015/11/2017.03.29-Referencial-Boas-Pr%C3%A1ticas-Regulamentos-de-Compras.pdf>), e respectiva ata de aprovação pelo Conselho de Administração registrada ou com protocolo de registro em cartório, acompanhada de comprovante de publicação do regulamento no Diário Oficial do Estado de SP, ou de declaração assinada pelos conselheiros da entidade de que atenderão ao prazo disposto no artigo 13-A do Decreto Estadual 43.493/1998, com redação dada pelo Decreto Estadual 50.611/ 2006;

n) Declaração em papel timbrado e assinada pelo representante legal, de que a entidade não possui impedimento para contratar com a Administração, em virtude das disposições da Lei Estadual 10.218/1999, inclusive;

o) Declaração em papel timbrado e assinada pelo representante legal, de que a entidade está regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e de que a entidade atende ao artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

p) Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados do Exercício - DRE do último exercício fiscal concluído, subscrito obrigatoriamente por contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade e pelo representante legal da entidade;

q) Comprovante de inscrição e de situação cadastral de pessoa jurídica – CNPJ da matriz e filial (se houver);

r) Certidão Conjunta Negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

s) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS/CRF;

t) Certidão Negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;

u) Comprovante de não inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual;

v) Certidão Negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais do domicílio da sede da entidade;

w) Certidão Negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

x) Comprovantes de que a entidade não consta como sancionada no sítio eletrônico de sanções administrativas do Estado de São Paulo, bem como que não consta da lista de apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

11º - As Organizações Sociais participantes ficam cientes de que, para celebração do Contrato de Gestão, a proponente selecionada deverá apresentar, além da documentação acima indicada, o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE, emitido pela CGA, nos termos do Decreto 57.501/2011.

12º –As participantes sediadas fora do Estado de São Paulo deverão apresentar, quando couber, além da documentação emitida pelo Governo do Estado de São Paulo, documentos equivalentes expedidos pelos órgãos competentes do Estado onde a Organização Social de Cultura tem a sua sede.

13º –As participantes sediadas fora do Estado de São Paulo ou do Município de São Paulo, ou ainda aquelas que tenham Contrato de Gestão vigente com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo referente a outro(s) objeto(s) cultural (is), deverão comprovar todas as condições para execução presencial do objeto de contratação, inclusive com existência de equipe especializada, ou previsão de contratação de equipe, assegurada a dedicação específica diferente daquela que esteja lotada no Estado de origem, no Município de atuação ou no(s) outro(s) objeto(s) gerenciado(s).

14º - As propostas das interessadas poderão ser instruídas com os protocolos dos registros dos documentos da organização social mencionados neste artigo, desde que o efetivo registro seja realizado até a data da celebração do Contrato de Gestão.

II - CONJUNTO2 – Proposta Técnica e Orçamentária

DOS DOCUMENTOS

a) Relação dos arquivos enviados dos documentos das demais alíneas deste inciso;

b) proposta técnica e orçamentária que atenda aos critérios estabelecidos no Termo de Referência – anexo a esta Resolução, devidamente assinada pelo representante legal da entidade e devidamente aprovada pelo Conselho de Administração (conforme ata constante no CONJUNTO 1 previsto no artigo 4º, item I, alínea “e” desta Resolução);

c) portfólio de realizações da entidade, que demonstre sua experiência técnica em gestão nas áreas afins ao objeto cultural de interesse e sua atuação na área cultural nos últimos dois anos, contendo expressamente o elenco de projetos aprovados e captados por meio de leis de incentivo e/ou de outras fontes de financiamento, em ordem cronológica, devidamente especificados, com indicação dos montantes de recursos captados, dos patrocinadores ou financiadores e das ações realizadas;

d) currículos dos dirigentes e dos profissionais que ocuparão os principais cargos técnicos e administrativos (coordenadores ou afins de áreas e programas de trabalho) na realização dos objetivos previstos no contrato de gestão e seus anexos, com carta de anuência dos profissionais indicados e subscritas pelos mesmos.

Título V – Do referencial de repasse financeiro do Estado para o Contrato de Gestão

Artigo 5º – A operacionalização das metas, rotinas e obrigações contratuais previstas no contrato de gestão para gerenciamento do equipamento cultural descrito nesta convocação pública deverá seguir os parâmetros orçamentários discriminados abaixo:

I – O CONSERVATÓRIO DRAMÁTICO E MUSICAL “DR. CARLOS DE CAMPOS” DE TATUÍ terá como referencial orçamentário os valores de repasse de recursos por parte da Secretaria de Cultura e Economia Criativa para a Organização Social escolhida, a importância global estimada em R\$ 131.079.812,00.

1º - Do montante global acima descrito, o valor de R\$ 4.600.611,00 será repassado no ato da assinatura. Deste montante, o valor de R\$ 4.400.611,00 deverá ser destinado exclusivamente para composição do Fundo de Contingência do novo CG; e R\$ 200.000,00 deverá ser destinado à manutenção e/ou substituição do sistema de Ar Condicionado do Teatro Procópio Ferreira.

2º – Do montante global acima descrito, a previsão de repasse para a viabilização das ações, metas, rotinas e obrigações contratuais no exercício de 2021 não poderá ser superior a R\$ 23.657.628 (vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte e oito reais).

3º – Para os demais anos de vigência do contrato de gestão, ficam previstos os seguintes valores:

2022 – R\$ 24.485.645,00.

2023 – R\$ 25.281.428,00.

2024 – R\$ 26.103.075,00.

2025 – R\$ 26.951.425 (vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

4º – O montante global acima descrito representa os valores a serem repassados para o contrato de gestão ao longo de 60 meses, em parcelas periódicas, condicionadas à disponibilidade financeira do Estado e mediante apresentação e aprovação de relatórios de resultados.

5º - Os valores indicados neste artigo constam no projeto de lei do Plano Plurianual do Estado de São Paulo 2020-2023 e levam em consideração a previsão orçamentária submetida à manifestação prévia da Secretaria da Fazenda e Planejamento para o período até 2025.

6º - A critério da Administração e mediante prévia negociação, os valores indicados neste artigo poderão ser revistos.
7º – As propostas técnicas e orçamentárias deverão ainda observar as regras do Decreto Estadual 64.056/2018 e as alte-

rações por ele introduzidas no Decreto Estadual 43.493/1998, especialmente:

a) limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos diretores e empregados das Organizações Sociais no exercício de suas funções, tendo como referência os padrões praticados por entidades congêneres;

b) aprovação anual das despesas de remuneração à apresentação de pesquisa salarial atualizada que evidencie o enquadramento das remunerações praticadas na média dos valores praticados no terceiro setor para cargos com responsabilidades semelhantes;

c) a locação de imóvel pela Organização Social com recursos do Contrato de Gestão dependerá de prévia pesquisa de mercado, contendo ao menos 03 imóveis de interesse, a ser submetida à Secretaria de Estado da área correspondente, que se pronunciará, em até 30 dias, após consulta ao Conselho do Patrimônio Imobiliário para verificar a existência de próprio estadual disponível para uso;

d) a locação de imóvel de que trata a alínea “c” deste artigo se destinará à execução das atividades finalísticas do Contrato de Gestão.

8º – As Organizações Sociais interessadas ficam cientes desde já que, em caso de variação no tocante à disponibilidade orçamentária anual por parte do Estado, o Contrato de Gestão deverá ser aditado.

Título VI – da Sessão Pública Virtual

Artigo 6º –A sessão pública será realizada virtualmente através de plataforma a ser divulgada pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa no momento do credenciamento das instituições interessadas e somente o representante das Organizações Sociais de Cultura poderá se manifestar pelos interesses da entidade que representa.

1º - Qualquer cidadão que tenha interesse em assistir a sessão pública virtual deverá previamente solicitar credenciamento através do e-mail ufc@cultura.sp.gov.br até o penúltimo dia útil anterior à realização da sessão pública virtual e será confirmada pela Unidade Gestora, em até 1 dia útil antes do envio, que fornecerá as informações de acesso e sigilo. Em caso de não recebimento de resposta da Unidade Gestora neste prazo, o interessado deverá entrar em contato, novamente, através do número de WhatsApp descrito no Artigo 3º - § 2º desta Resolução.

2º - A sessão pública virtual será gravada em vídeo e registrada em Ata. O arquivo referente à Ata será enviado a todos as instituições credenciadas ao término da sessão nos e-mails cadastrados pelas instituições.

3º - A sessão pública virtual será conduzida por Comissão de Servidores, através da plataforma a ser previamente informada no momento do credenciamento, com início às 14h do dia 07-12-2020.

4º – Todas as Organizações Sociais de Cultura que apresentarem proposta deverão se fazer representar, durante a sessão pública virtual, por conselheiro, dirigente ou preposto autorizado por procuração a ser enviada junto a documentação do CONJUNTO 1, conforme previsto no artigo 4º, item I, alínea “a” desta Resolução;

Artigo 7º – A Sessão Pública Virtual será conduzida pela Comissão de Servidores e irá:

I – Posicionar-se quanto ao atendimento aos incisos I e II do artigo 4º da presente Resolução e quanto à regularidade formal dos documentos apresentados, relatando irregularidades ou omissões constatadas, declarando os proponentes aptos à habilitação;

II – Manifestar-se sobre eventual possibilidade de concessão de prazo suplementar para entrega ou regularização de documentos;

III – Dar vista a todos os documentos recebidos pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa para o certame, a todos os participantes, por um prazo de até 2 horas, durante a Sessão Pública Virtual. Após o qual o acesso a toda e qualquer pasta será retirado de todos os presentes.

IV – Registrar eventual manifestação de insurgência de proponentes quanto à avaliação da documentação.

V – Fixar prazo à Unidade Gestora para análise e parecer técnico sobre as propostas técnicas e orçamentárias e data para divulgação do resultado da convocação pública, que não poderá ser superior a 30 dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após a data da realização da Sessão Pública Virtual.

1º - O prazo estabelecido no inciso V deste artigo poderá ser prorrogado por até 30 dias corridos, a critério do Titular da Pasta.

2º – Será elaborada ata circunstanciada dos fatos ocorridos na sessão pública, incluindo, entre outras ocorrências:

I – Os participantes da Sessão Pública Virtual;

II – As Organizações Sociais de Cultura credenciadas para participação do certame;

III – Resultado da conferência da documentação apresentada por cada Organização Social de Cultura interessada (habilitação);

IV – Eventuais manifestações dos presentes;

V – Eventuais concessões de prazo por parte da Comissão;

VI – A indicação da data de divulgação do resultado da convocação pública;

VII – Orientação aos participantes que desejarem, posteriormente, ter vistas aos autos, mediante requisição, por e-mail, à Unidade de Formação Cultural (<ufc@cultura.sp.gov.br>).

3º – Na eventualidade de não realização da sessão pública virtual na data e hora estabelecidas, será marcada nova data e hora, utilizando-se dos mesmos procedimentos de divulgação anterior.

4º – A Secretaria de Cultura e Economia Criativa publicará relação de Organizações Sociais que manifestaram seu interesse, nos termos do art. 6º, § 4º, II, da Lei Complementar Estadual 846 de 04-06-1998.

Artigo 8º – Se, ao final do prazo adicional de que trata o inciso II do artigo 7º desta Resolução, não forem sanadas pelos proponentes as eventuais pendências apontadas pela Comissão de Servidores da Pasta, a Organização Social de Cultura cuja documentação estiver em desconformidade será inabilitada.

Artigo 9º – Das decisões da Comissão de Servidores da Pasta, prevista no artigo 8º desta Resolução, caberá um recurso administrativo ao Secretário de Cultura e Economia Criativa, que poderá ser interposto no prazo de 05 dias úteis da publicação do resultado da habilitação no Diário Oficial do Estado.

1º - Havendo outras Organizações Sociais devidamente habilitadas na convocação pública em questão, serão estas intimadas, com prazo de 05 dias úteis, para eventual oferecimento de contrarrazões, sendo-lhes desde logo facultada vista dos autos, conforme previsto no Artigo 7º, § 2º, inciso VII desta Resolução.

2º – A Comissão de Servidores terá o prazo de 05 dias úteis, após o prazo de recebimento das contrarrazões, para proferir sua manifestação, que será submetida à apreciação do Titular da Pasta, nos termos do artigo 39 da Lei Estadual 10.177, de 30-12-1998.

Título VII – Dos Critérios para Julgamento das Propostas Técnicas e Orçamentárias

Artigo 10º – O Titular da Pasta selecionará a Organização Social de Cultura nos termos do artigo 3º do Decreto

ITENS DE JULGAMENTO	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO POR ITEM
Avaliação da proposta técnica, elaborada conforme Termo de Referência - Anexo III	Qualidade técnica da proposta global apresentada no atendimento às diretrizes delineadas pela SEC no Plano Estratégico de Atuação , considerando, os seguintes itens: - O Plano Estratégico de Atuação responde adequadamente os desafios institucionais para o novo Contrato de Gestão e demonstra inteligência tática de gestão para otimização de gastos e de resultados, deixando claro o ponto de partida, as mudanças a serem realizadas, suas etapas e o ponto onde chegará ao final do contrato, em especial (2,0) : <i>Explicitação de um novo projeto pedagógico e artístico que se mostre consistente, implantado com a devida cautela, planejamento e tempo de adaptação, minimizando os impactos das mudanças solicitadas.</i> <i>Apresenta inovações em relação ao histórico de realizações do objeto cultural, na direção de melhor cumprir as diretrizes assinaladas e os resultados almejados ao final do novo contrato, de acordo com o Termo de Referência.</i> - O Plano Estratégico de Atuação responde adequadamente às diretrizes específicas de cada um dos Programas de Trabalho e seus eixos, deixando claro o ponto de partida, as mudanças a serem realizadas, suas etapas e o ponto onde chegará ao final do contrato, em especial os seguintes itens (2,0) : Programa dos conservatórios: <i>1 – Eixo 01: a partir de 2022, o conjunto de habilitações a serem oferecidas foram revistas e se demonstram adequadamente alinhadas às diretrizes da política pública explicitada no Termo de Referência;</i> <i>2 – Eixos 02, 03 e 06: as propostas deixam bem claro como as ações ofertadas nestes eixos se inter-relacionarão com as ações do Eixo 01, bem como será associada àquilo que esta Pasta deseja como resultado maior para o Conservatório, nos termos apresentados no Termo de Referência;</i> <i>03 – A partir de 2022, será ofertada pelo menos uma ação formativa aberta a comunidade por ano (Eixo 04);</i> <i>04 – Eixo 05: o planejamento estratégico destes grupos deixa claro quais os caminhos serão percorridos e as ações que serão tomadas para que se atinja o objetivo estabelecido no Termo de Referência, bem como apresenta correlação adequada à revisão da periodicidade e valores das ofertas das bolsas de estudo a partir de 2022.</i> Programa de bolsas de estudo: <i>- As metas propostas para as bolsas-performance a partir de 2022 foram revistas em seus valores e periodicidade e demonstram ótima correlação com o projeto de reestruturação dos grupos artístico de bolsistas solicitado por esta Pasta.</i> Qualidade técnica da proposta global apresentada no atendimento às diretrizes delineadas pela SEC no Plano de Trabalho Ações e Mensurações (1,0) : - A partir de 2022, todos os programas de trabalho e seus eixos são atendidos com proposição de metas. - A proposta apresenta a melhor correlação entre os recursos disponíveis e os quantitativos propostos em cada uma das metas sugeridas.	5.0
	Avaliação da proposta orçamentária, elaborada conforme Termo de Referência - Anexo III	
Comprovação da experiência técnica em Formação Cultural e Difusão - Institucional	Experiência comprovada no portfólio de realizações da entidade em: a) N° de anos/meses de experiência (0,25); b) Perfil de atuação (0,25); c) Volume de atividades (0,25) d) Principais resultados alcançados (0,25)	1.0
Comprovação da experiência técnica em Formação Cultural e Difusão - Técnicos e Lideranças	Experiência comprovada nos currículos dos dirigentes e dos principais cargos técnicos e de liderança em: a) Anos/meses de atuação em cargos similares na área cultural / de formação cultural (0,75); b) Sólida formação acadêmica e/ou qualificação técnica na área de gestão cultural / formação cultural compatível com o cargo previsto (0,25)	1.0
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL		10

2º – As propostas técnicas e orçamentárias serão consideradas de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 01, sendo consideradas desclassificadas a proposta cuja pontuação total for inferior a 07 pontos ou aquela que tenha pontuação equivalente a 0 (zero) em um ou mais itens de julgamento.

3º – A proponente que obtiver a maior pontuação na avaliação em relação a cada um dos critérios indicados na Tabela 01, contida no § 1º deste artigo ou a que melhor atender aos critérios de desempate indicados no parágrafo 4º deste artigo, será considerada primeira colocada pela Unidade Gestora.

4º – No caso de empate entre 02 ou mais propostas técnicas e orçamentárias, o desempate será feito com base nos seguintes critérios e na ordem a seguir apresentada:

maior pontuação obtida no critério “qualidade técnica da proposta global apresentada no atendimento às diretrizes delineadas pela SEC no Plano Estratégico de Atuação”;

persistindo o empate, vencerá a maior pontuação no critério “qualidade técnica da proposta global apresentada no atendimento às diretrizes delineadas pela SEC no Plano de Trabalho Ações e Mensurações”;

reiterado o empate, será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor custo de área meio (despesas de RH e de custos administrativos, conforme indicado na planilha orçamentária).

persistindo o empate, vencerá a proposta que apresentar “Comprovação da experiência e capacidade técnica de gerenciamento de objetos culturais públicos ou privados de mesma temática do equipamento cultural”;

5º – Na hipótese de a Organização Social de Cultura selecionada apresentar ou sofrer impedimento de qualquer ordem para a celebração do Contrato de Gestão, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa poderá proceder à negociação e pactuação necessárias com as demais Organizações Sociais que apresentaram proposta, por ordem de classificação.

6º – Caso nenhuma das propostas analisadas atenda plenamente aos objetivos desta convocação pública ou os orçamentos apresentados superem a disponibilidade orçamentária do Estado para o Contrato de Gestão a ser celebrado, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa poderá solicitar às Organizações Sociais de Cultura concorrentes que procedam a ajustes nas propostas apresentadas ou realizar nova convocação pública.

7º – A critério da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, poderão ser exigidos documentos ou esclarecimentos complementares às Organizações Sociais de Cultura, sendo, neste caso, garantida a dilação de prazo para sua entrega.

Artigo 11º – Durante o processo de avaliação das propostas, de que trata o artigo 10º desta Resolução, poderá ser disponibilizado à Unidade Gestora e à Unidade de Monitoramento, um critério do Titular da Pasta, assessoramento técnico, jurídico e econômico, poderão, ainda, ser solicitados à Organização Social de Cultura, pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, documentos ou esclarecimentos adicionais.

Artigo 12º – O julgamento final das propostas compete ao Titular da Pasta de Cultura e Economia Criativa, a quem caberá, com base em parecer técnico, declarar vencedora a Organização Social de Cultura que gerenciará o equipamento cultural descrito no § 1º do artigo 1º da presente Resolução.

Capítulo I – Primeiro Critério - Avaliação da Proposta Técnica

Artigo 13º – A proposta técnica deve expor o planejamento estratégico, bem como as ações e o orçamento que a Organização Social se propõe a executar junto ao equipamento cultural durante o período de vigência contratual indicado no artigo 2º, parágrafo 2º desta Resolução, seguindo as orientações apresentadas no Termo de Referência para Elaboração da Proposta Técnica e Orçamentária - Anexo 03a esta Resolução - e considerando o atendimento às diretrizes e orientações delineadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, consoante o referido documento.

Artigo 14º – Serão considerados relevantes para a avaliação da qualidade da proposta técnica global:

I – O nível de atendimento às diretrizes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, especialmente no Plano Estratégico de Atuação, observando-se:

a) Se o Plano Estratégico de Atuação responde adequadamente os desafios institucionais para o novo Contrato de Gestão

e demonstra inteligência tática de gestão para otimização de gastos e de resultados, deixando claro o ponto de partida, as mudanças a serem realizadas, suas etapas e o ponto onde chegará ao final do contrato, em especial, se explicita um novo projeto pedagógico e artístico que se mostre consistente, a ser implantado com a devida cautela, planejamento e tempo de adaptação, minimizando os impactos das mudanças solicitadas.

b) Se o Plano Estratégico de Atuação responde adequadamente às diretrizes específicas de cada um dos Programas de Trabalho e seus eixos, deixando claro o ponto de partida, as mudanças a serem realizadas, suas etapas e o ponto onde chegará ao final do contrato, em especial os seguintes itens:

Programa dos conservatórios:
1 – Eixo 01: a partir de 2022, o conjunto de habilitações a serem oferecidas foram revistas e se demonstram adequadamente alinhadas às diretrizes da política pública explicitada no Termo de Referência;

2 – Eixos 02, 03 e 06: as propostas deixam bem claro como as ações ofertadas nestes eixos se inter-relacionarão com as ações do Eixo 01, bem como será associada àquilo que esta Pasta deseja como resultado maior para o Conservatório, nos termos apresentados no Termo de Referência;

03 – A partir de 2022, será ofertada pelo menos uma ação formativa aberta a comunidade por ano (Eixo 04);

04 – Eixo 05: o planejamento estratégico destes grupos deixa claro quais os caminhos serão percorridos e as ações que serão tomadas para que se atinja o objetivo estabelecido no Termo de Referência, bem como apresenta correlação adequada à revisão da periodicidade e valores das ofertas das bolsas de estudo a partir de 2022.

Programa de bolsas de estudo:
- As metas propostas para as bolsas-performance a partir de 2022 foram revistas em seus valores e periodicidade e demonstram ótima correlação com o projeto de reestruturação dos grupos artístico de bolsistas solicitado por esta Pasta.

c) a clareza, nível de detalhamento e objetividade das informações e propostas apresentadas (o plano deve ser bem formulado e atender com consistência a todas as diretrizes da Pasta);

d) a visão sistêmica da conjuntura sociocultural e territorial em que se inserem os objetos culturais e as perspectivas indicadas para atuação nesse cenário. O plano deve trazer um bom diagnóstico, que considere as particularidades do objeto cultural e do seu entorno ou área de influência, bem como seus públicos e seus desafios, no contexto atual, tendo em vista as perspectivas de melhoria qualitativa entre a situação inicial – ano 01 do contrato de gestão – e a situação final – último ano de vigência contratual – que o plano propõe, no atendimento às diretrizes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

e) a indicação das estratégias a serem utilizadas para aprimorar o relacionamento com o públicos-alvo, conquistar novos segmentos de público e ampliar o público geral presencial e virtual. O plano deve apresentar estratégias diversificadas, bem formuladas e passíveis de monitoramento e avaliação continuada para fidelização e ampliação de públicos;

f) a identificação das práticas e técnicas mais eficazes para o cumprimento dos objetivos específicos de cada programa ou eixo de atuação previsto no Plano de Trabalho, tanto na execução das ações e metas anuais quanto das rotinas e compromissos de informação. O plano deve indicar a adoção de técnicas, estratégias e equipes especializadas para a execução das atividades previstas;

g) o grau de inovação que a proposta apresenta em relação ao histórico de realizações do objeto cultural, na direção de melhor cumprir as diretrizes assinaladas. O plano deve apresentar inovações, em relação às realizações do objeto cultural no contrato de gestão anterior, que podem ser consultadas por meio do portal www.transparenciacultura.sp.gov.br;

h) a capacidade de proposição e de articulação de parcerias relevantes que possam contribuir com a maximização dos resultados previstos;

II – A qualidade e quantidade das metas totais propostas, especialmente no Plano de Trabalho – Ações e Mensurações, considerando-se:

a) a adequação das ações e metas objetivas apresentadas em relação aos objetivos específicos e estratégias indicadas no Plano Estratégico de Atuação;

b) a melhor correlação entre os recursos disponíveis e os quantitativos propostos em cada uma das metas sugeridas;

c) a partir de 2022, todos os programas de trabalho e seus eixos são atendidos com proposição de metas.

d) a indicação de metas inovadoras, em relação às principais séries históricas do objeto cultural;

e) a previsão de metas condicionadas que contribuam para o alcance das diretrizes apresentadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa e que estejam alinhadas às estratégias de captação de recursos previstas no Plano Estratégico de Atuação;

f) o dimensionamento das equipes para alcance das metas, por programa ou eixo de trabalho, com indicação das iniciativas previstas de capacitação continuada dos funcionários em suas áreas de atuação, bem como indicação da rotina de treinamentos periódicos que será estabelecida referente à segurança e salvaguarda de locais de atuação, públicos e acervos, e da rotina de treinamento periódico associado a códigos de ética, integridade e conduta.

Capítulo II – Segundo Critério - Avaliação da Proposta Orçamentária

Artigo 15º – A proposta orçamentária deverá ser elaborada seguindo as orientações constantes do Termo de Referência e contemplar todos os recursos necessários para a realização das ações e metas propostas no Plano de Trabalho e demais obrigações contratuais.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá considerar os custos previstos para a realização das ações e metas pactuadas durante o período de vigência contratual indicado no artigo 2º, parágrafo 2º desta Resolução.

Artigo 16º – Serão reputados como relevantes para a avaliação da proposta orçamentária:

I – A eficiência da proposta, visando à melhor relação entre os custos e benefícios previstos, considerando a adequação do volume de recursos financeiros a ser destinado a cada tipo de despesa / Programa ou Eixo de Trabalho, com vistas à alocação de recursos adequados para a realização integral e no prazo das metas propostas e para o cumprimento satisfatório das rotinas e obrigações contratuais previstos no contrato de gestão, inclusive nos compromissos de informação.

II – A exequibilidade da proposta, compreendida como a factibilidade de realização das metas propostas e das rotinas e obrigações contratuais previstas, nos prazos e condições expressos, atendo-se ao dimensionamento de pessoal indicado na proposta técnica, com os recursos financeiros indicados na proposta orçamentária.

III – O nível de detalhamento da planilha orçamentária, evidenciando coerência e alinhamento entre o planejamento orçamentário e o plano de ações e mensurações, com consistência e objetividade da previsão orçamentária, por meio da indicação das principais rubricas de receitas e despesas previstas.

IV – A estratégia que demonstre e comprove a exequibilidade da ampliação e diversificação das fontes de recursos para realização do contrato de gestão para além dos repasses públicos, conforme solicitadas no Termo de Referência para a proposta para captação de recursos, visando:

a) o aumento em percentual de recursos financeiros captados e em diversificação das fontes de recursos conforme solicitadas no Termo de Referência;

b) a diminuição anual da participação proporcional do Estado no montante de recursos envolvidos na consecução das ações, no cumprimento das rotinas e obrigações contratuais e na ampliação das realizações culturais do objeto cultural descrito no Título I desta convocação pública;

Capítulo III – Terceiro Critério – Comprovação da experiência técnica institucional

Artigo 17º – A comprovação de experiência técnica institucional se fará mediante a apresentação de portfólio de realizações, assim compreendido como uma apresentação institucional objetiva do histórico da entidade desde a sua criação, a fim de atestar comprovada experiência e qualificação na gestão de equipamentos culturais, grupos artísticos e programas de arte e cultura, bem como demonstrar as condições técnicas e gerenciais preexistentes para execução da proposta, relatando suas principais realizações e experiências anteriores, cabendo o detalhamento dessas experiências nos últimos 3 anos.

Artigo 18º – Serão considerados relevantes para a avaliação do portfólio de realizações da entidade visando à comprovação da experiência técnica e institucional:

a) a comprovação do número de anos/meses de atuação, evidenciando a experiência no gerenciamento de equipamentos, grupos artísticos e/ou programas públicos ou privados de porte equivalente (independentemente da área temática), considerando-se, para comparativo de “porte” a indicação da complexidade, tamanho da estrutura e do orçamento gerenciados;

b) a comprovação do número de anos/meses de atuação na área de interesse, evidenciando a experiência no gerenciamento de equipamentos, grupos artísticos e/ou programas públicos ou privados de mesmo perfil de atuação (independentemente do porte), considerando-se, para comparativo de “perfil” a indicação da afinidade temática cultural, em relação ao objeto cultural indicado na presente convocação pública;

c) o descritivo sumário das realizações mais significativas e principais resultados e impactos alcançados pela entidade na área cultural nos últimos 03 (três) anos;

d) a comprovação de experiência institucional de captação de recursos, mediante apresentação do elenco de projetos aprovados nas leis de incentivo e em outras fontes de financiamento, com indicação dos montantes de recursos captados e das ações realizadas, de acordo com o solicitado no artigo 4º, inciso II, alínea “c”.

1º – A critério da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, as informações constantes do portfólio de realizações da entidade poderão ser chechadas por meio de pesquisa telefônica, virtual ou presencial, a ser devidamente registrada no processo de convocação pública.

2º – A apresentação de informações falsas ou que induzam a interpretações equivocadas quanto à experiência institucional acarretará a desclassificação da proposta.

3º – Serão consideradas mais vantajosas as propostas cujos proponentes comprovarem ter gerenciado equipamentos e/ou programas em área temática afim com orçamento anual equivalente a, no mínimo, metade dos recursos previstos no contrato de gestão objeto desta convocação pública, desde que sejam apresentadas evidências de boa gestão dos recursos por meio de parecer de auditoria independente e/ou manifestação da entidade ou órgão mantenedor ou parceiro.

Capítulo IV – Quarto critério – Análise dos currículos dos dirigentes e da equipe que ocupará os principais cargos de liderança da entidade na realização dos objetivos previstos no Contrato de Gestão e no Plano de Trabalho

Artigo 19º – A avaliação das propostas, no que tange ao critério de que trata o presente Capítulo, ocorrerá a partir do exame dos currículos dos dirigentes e da equipe que ocupará os principais cargos de técnicos e administrativos.

1º – A análise de que trata este artigo pretende verificar se o quadro de pessoal proposto pela entidade (equipe especializada atual e previsão de equipe a ser contratada) tem comprovada experiência e qualificação na área de interesse correspondente ao objeto da presente convocação, no intuito de demonstrar as condições técnicas e gerenciais preexistentes para a execução da proposta.

Artigo 20º – Serão considerados relevantes para a avaliação dos Currículos apresentados:

a) a comprovação de sólida formação acadêmica e/ou qualificação técnica na área de gestão cultural e a comprovação de, no mínimo, 02 anos de atuação de cada dirigente na área cultural e em cargos de chefia/direção;

b) a comprovação de sólida formação acadêmica e/ou qualificação técnica na área de atuação prevista e comprovação de,

no mínimo, 02 anos de atuação em cargos afins aos pretendidos por cada um dos principais quadros técnicos e administrativos, devendo ser apresentados os currículos, no mínimo (mas não somente), dos responsáveis pelas áreas indicadas no Termo de Referência.

1º – A critério da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, as informações constantes dos currículos apresentados poderão ser chechadas por meio de pesquisa telefônica, virtual ou presencial, a ser devidamente registrada no processo de convocação pública.

2º – A apresentação de informações falsas ou que induzam a interpretações equivocadas quanto à experiência profissional e/ou qualificação técnica de dirigente(s) e/ou quadro(s) técnico(s) e administrativo(s) acarretará a desclassificação da proposta.

3º – A Organização Social poderá indicar, a seu critério, interesse na manutenção de funcionários que já atuem nos equipamentos e programas, quer estejam sob sua gestão atual ou sob gestão de outra Organização Social, neste caso manifestando interesse em negociar eventual sub-rogação dos contratos de trabalho dos referidos empregados, justificando a pertinência.

4º – A Organização Social deverá informar os casos em que os cargos técnicos e/ou administrativos serão preenchidos mediante processo seletivo, indicando, nessa situação, os perfis a serem contratados.

5º – Os currículos de profissionais que serão contratados, na hipótese de a Organização Social ser selecionada para a celebração do Contrato de Gestão, deverão vir acompanhados de declaração subscrita pelo referido profissional de que aceita integrar os quadros funcionais da entidade, bem como declaração do proponente de que somente substituirá - quando necessário - os profissionais indicados na proposta por outros profissionais de qualidade técnica e experiência profissional, equivalentes.

Título VIII – Da Divulgação do Resultado da Convocação pública

Artigo 21º – Findo o prazo definido para análise técnica das propostas apresentadas, o resultado da deliberação do Titular da Pasta será proferido, nos moldes estabelecidos no artigo 12º desta Resolução em até 10 dias corridos, e publicado no sítio eletrônico da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e no Diário Oficial do Estado.

Artigo 22º – Da decisão do Titular da Pasta, prevista no artigo 21º desta Resolução, caberá um único recurso administrativo, que poderá ser interposto no prazo de 05 dias corridos da publicação do resultado da convocação pública no Diário Oficial do Estado.

1º – Havendo outras Organizações Sociais devidamente habilitadas na convocação pública em questão, serão estas intimadas, com prazo de 05 dias corridos, para eventual oferecimento de contrarrazões, sendo-lhes desde logo facultada vista dos autos, conforme previsto no Artigo 7º, § 2º, inciso VII desta Resolução.

2º – Adivulgação do resultado final será publicada em até 10 (dez) dias úteis, após o prazo de recebimento das contrarrazões, nos termos do artigo 39 da Lei Estadual 10.177, de 30-12-1998.

Título IX – Das Disposições Finais

Artigo 23º – Além do que consta no Termo de Referência, as Organizações Sociais interessadas poderão acessar mais informações relacionadas ao equipamento cultural por meio do portal <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br> (pesquisar o objeto contratual em “Contratos de Gestão – Busca”), onde estão disponíveis o contrato de gestão vigente, seus anexos e termos aditivos, os relatórios anuais apresentados pela atual Organização Social Gestora e demais informações e documentos referentes à parceria.

Artigo 24º – É facultado a todas as Organizações Sociais interessadas na presente convocação pública, o agendamento de visita técnica ao local de realização das atividades do objeto cultural, bem como a obtenção de mais informações esclarecedoras, mediante a apresentação de questionamento por escrito a ser enviado para o endereço eletrônico ufc@cultura.sp.gov.br. Não serão aceitas alegações a posteriori de desconhecimento de qualquer questão, seja ela técnica, estrutural ou financeira que envolvam o objeto da presente Convocação Pública ou mesmo qualquer outro aspecto não esclarecido no período de chamamento.

Parágrafo Único – Todos os questionamentos e pedidos de esclarecimentos recebidos no endereço eletrônico acima, bem como suas respostas, serão publicados em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacoes-sociais-de-cultura/convocacoes-publicas/> em até cinco dias corridos.

Artigo 25º – As Organizações Sociais interessadas deverão se comprometer a realizar a programação que eventualmente já tenha sido acordada pela Unidade Gestora para o primeiro ano do Contrato de Gestão, a fim de garantir a continuidade das ações para o exercício de 2021 relacionadas ao objeto contratual, a bem do interesse público.

Artigo 26º – A Organização Social selecionada deverá apresentar o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE atualizado até a data de celebração do contrato, conforme indicado no Artigo 4º, inciso I, §11º desta Resolução.

1º – Caso a entidade selecionada não apresente o CRCE em tempo regulamentar, ou documento substitutivo provisório emitido pelo órgão responsável pelo referido documento, a Organização Social cuja proposta ficou em segundo lugar será chamada para os trâmites de celebração de contrato e assim sucessivamente.

2º – Se não houver outra proposta ou se nenhuma das entidades apresentarem o CRCE, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa indicará as medidas a serem tomadas, podendo ser iniciado novo trâmite para convocação pública.

Artigo 27º – A participação das Organizações Sociais de Cultura interessadas no processo de seleção previsto nesta convocação pública implica a aceitação integral e irrevogável dos termos, artigos, condições, critérios de julgamento e anexos desta Resolução, que passarão a integrar o procedimento de contratualização de resultados para a gestão do objeto cultural indicados no Título I, bem como na observância dos regulamentos administrativos, das normas técnicas e da legislação aplicável à matéria.

Parágrafo Único – Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, em quaisquer fases do procedimento de convocação pública e/ou de execução do contrato de gestão, alegações de desconhecimento das determinações aqui expressas e da legislação aplicável.

Artigo 28º – Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas técnicas e orçamentárias serão de inteira responsabilidade das Organizações Sociais de Cultura interessadas, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização pela aquisição ou contratação de elementos necessários à elaboração ou apresentação das propostas, tampouco quaisquer despesas correlatas à participação na convocação pública de que trata esta Resolução.

Artigo 29º – É facultada à Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em qualquer fase do processo de seleção, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento de convocação pública.

Artigo 30º – A presente convocação pública poderá ser revogada a critério do Titular da Pasta, mediante a devida fundamentação.

Artigo 31º – Até a assinatura do contrato de gestão, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa poderá desclassificar propostas de Organizações Sociais de Cultura participantes, em despacho motivado, sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção, que represente infração aos termos desta convocação pública, respeitado o contraditório.

Artigo 32º – Constitui Anexo 03 da presente Resolução o “Termo de Referência para elaboração da proposta técnica e orçamentária”, o qual contém a minuta do contrato referencial de gestão a ser firmado.

Artigo 33º– As Organizações Sociais de Cultura, interessadas na presente convocação pública, deverão observar toda a legislação federal e estadual pertinentes.

Artigo 34º– As situações não disciplinadas por esta Resolução serão decididas pelo Secretário de Cultura e Economia Criativa.

Artigo 35º– Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e estará disponível ao público em geral, durante todo o período de duração da convocação pública, em <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacaoes-sociais-de-cultura/convocacoes-publicas/>.

Resolução SCEC - 34, de 04-11-2020

Anexo 01

CREDECIAAMENTO

Conforme previsto nos artigos 1.º e 3.º da Resolução SCECnº /2020, solicitamos o credenciamento para participar da convocação pública para gerenciamento do CONSERVATÓRIO DRAMÁTICO E MUSICAL “DR. CARLOS DE CAMPOS” DE TATUÍ declarando, por meio deste credenciamento, que a requerente abaixo qualificada, tem firme intenção de participar da presente convocação pública.

REQUERENTE:

(RAZÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL):

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: CELULAR/WHATSAPP

EMAIL DA INSTITUIÇÃO A SER CADASTRADO PARA ACESSO

VIRTUAL E UPLOAD/ DOWNLOAD DOS ARQUIVOS

CIDADE:

ESTADO:

NOME DO(A) DIRETOR(A) EXECUTIVO(A) OU RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO;

Documento de Identidade CPF

NOME DO(A) PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;

Documento de Identidade CPF

NOME DO(A) REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO

AUTORIZADO(A) POR PROCURAÇÃO:

Documento de Identidade CPF

Data, / /

Assinatura eletrônica com validade jurídica

Nome do responsável
Cargo
RESOLUÇÃO SCEC 34/2020, DE 04-11-2020
Anexo 02
Nomenclatura a ser utilizada nos arquivos da documentação do CONJUNTO 1
01 – Procuração do preposto – NOME DA OS
02 – Relação dos arquivos enviados – NOME DA OS
03 – Publicação da qualificação como OS – NOME DA OS
04 – Estatuto Social – NOME DA OS
05 – Ata aprovando a participação na convocação – NOME DA OS
06 – Atas de nomeação dos dirigentes e conselheiros – NOME DA OS
07 – Relação de conselheiros – NOME DA OS
08 – Declaração de atendimento LC 846 -- NOME DA OS
09 – Documentos dos atuais dirigentes -- NOME DA OS
10 – Declaração de atendimento Decreto 43.493 -- NOME DA OS
11 – Manual de recursos humanos – NOME DA OS
12 – Regimento interno – NOME DA OS
13 – Regulamento de compras e contratações – NOME DA OS
14 – Declaração de impedimento de contratar com a administração -- NOME DA OS
15 – Declaração de regularidade Ministério do Trabalho – NOME DA OS
16 – Balanço patrimonial -- NOME DA OS
17 – Certidão CNPJ – NOME DA OS
18 – Certidão negativa dívida ativa da União – NOME DA OS
19 – Certidão FGTS – NOME DA OS
20 – Certidão negativa dívida ativa do Estado de SP – NOME DA OS
21 – Certidão CADIN Estadual SP – NOME DA OS
22 – Certidão negativa tributos municipais – NOME DA OS
23 – Certidão negativa de débitos trabalhistas – NOME DA OS
24 – Certidões Sanções administrativas e de apenados do TCE – NOME DA OS
Nomenclatura a ser utilizada nos arquivos da documentação do CONJUNTO 2
01 – Relação dos arquivos enviados – NOME DA OS
02 – Proposta técnica e orçamentária – NOME DA OS
03 – Portfólio de realizações da entidade – NOME DA OS
04 – Currículos e cartas de anuência -- NOME DA OS
Exemplo de nomenclatura a ser utilizada em caso de necessidade de divisão dos arquivos
01 – Procuração do preposto – NOME DA OS – p 01
01 – Procuração do preposto – NOME DA OS – p 02
(...)
RESOLUÇÃO SCEC 34/2020, DE 04-11-2020
Anexo 03
TERMO DE REFERÊNCIA – publicado no Portal da Transparência
http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacaoes-sociais-de-cultura/convocacoes-publicas/

Nome do responsável

Cargo

RESOLUÇÃO SCEC 34/2020, DE 04-11-2020

Anexo 02

Nomenclatura a ser utilizada nos arquivos da documentação do CONJUNTO 1

01 – Procuração do preposto – NOME DA OS

02 – Relação dos arquivos enviados – NOME DA OS

03 – Publicação da qualificação como OS – NOME DA OS

04 – Estatuto Social – NOME DA OS

05 – Ata aprovando a participação na convocação – NOME DA OS

06 – Atas de nomeação dos dirigentes e conselheiros – NOME DA OS

07 – Relação de conselheiros – NOME DA OS

08 – Declaração de atendimento LC 846 -- NOME DA OS

09 – Documentos dos atuais dirigentes -- NOME DA OS

10 – Declaração de atendimento Decreto 43.493 -- NOME DA OS

11 – Manual de recursos humanos – NOME DA OS

12 – Regimento interno – NOME DA OS

13 – Regulamento de compras e contratações – NOME DA OS

14 – Declaração de impedimento de contratar com a administração -- NOME DA OS

15 – Declaração de regularidade Ministério do Trabalho – NOME DA OS

16 – Balanço patrimonial -- NOME DA OS

17 – Certidão CNPJ – NOME DA OS

18 – Certidão negativa dívida ativa da União – NOME DA OS

19 – Certidão FGTS – NOME DA OS

20 – Certidão negativa dívida ativa do Estado de SP – NOME DA OS

21 – Certidão CADIN Estadual SP – NOME DA OS

22 – Certidão negativa tributos municipais – NOME DA OS

23 – Certidão negativa de débitos trabalhistas – NOME DA OS

24 – Certidões Sanções administrativas e de apenados do TCE – NOME DA OS

Nomenclatura a ser utilizada nos arquivos da documentação do CONJUNTO 2

01 – Relação dos arquivos enviados – NOME DA OS

02 – Proposta técnica e orçamentária – NOME DA OS

03 – Portfólio de realizações da entidade – NOME DA OS

04 – Currículos e cartas de anuência -- NOME DA OS

Exemplo de nomenclatura a ser utilizada em caso de necessidade de divisão dos arquivos

01 – Procuração do preposto – NOME DA OS – p 01

01 – Procuração do preposto – NOME DA OS – p 02

(...)

RESOLUÇÃO SCEC 34/2020, DE 04-11-2020

Anexo 03

TERMO DE REFERÊNCIA – publicado no Portal da Transparência

<http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacaoes-sociais-de-cultura/convocacoes-publicas/>

Extrato do Primeiro Termo de Aditamento

Do Contrato SC 16/2020.

Processo SC 2020/00481

Contratante: Secretaria de Cultura e Economia Criativa, através do Gabinete do Secretário.

Contratada: Emax Segurança Patrimonial Eireli EPP, CNPJ/MF sob 22.581.762/0001-61

Objeto: Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com a Efetiva Cobertura dos Postos Designados

Cláusula Primeira – Do Acréscimo

O acréscimo quantitativo dos serviços, a partir de 01-11-2020, a que se refere esta cláusula importa no acréscimo de 08 postos, sendo 04 postos 12 horas diárias – DIURNO (2ª feira a domingo) - com Bastão Eletrônico com valor unitário de R\$ 260,95 e 04 postos 12 horas diárias – NOTURNO (2ª feira a domingo) - com Bastão Eletrônico com valor unitário de R\$ 285,31, totalizando o acréscimo de um valor estimado mensal de R\$ 65.551,20, correspondentes ao acréscimo de 33% do valor do Contrato.

Cláusula Segunda – Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 3.906.851,52 para o período de 15 meses, sendo o valor de R\$ 629.291,52 no presente exercício, o valor de R\$ 3.146.457,60 para o exercício de 2021 e o valor de R\$ 131.102,40 para o exercício de 2022, onerando o crédito orçamentário 120.101, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 3.3.90.37.95..

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento. E por estarem assim, justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, que também o assinam para todos os fins e efeitos de direito.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Décimo Primeiro Termo de Aditamento

Do Contrato SC 06/2016.

Processo SC 166436/2015

Contratante: Secretaria de Cultura e Economia Criativa, através do Departamento de Administração

Contratada: JDS – Serviços Especializados Eireli - EPP, CNPJ: 20.129.033/0001-43

Objeto: Contratação de Prestação de Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias e Edifícios.

Cláusula Primeira – Da Prorrogação

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 06 meses, de 01-11-2020 a 30-04-2021.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

Cláusula Primeira – Da Prorrogação

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 06 meses, de 01-11-2020 a 30-04-2021.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 29-10-2020.

Cláusula Segunda - Do Valor e Recursos Orçamentários

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 517.125,71 para o período de 51 meses, sendo o valor de R\$ 77.114,92 para o presente exercício, o valor de R\$ 41.094,24 para o exercício de 2021, o valor de R\$ 108.097,50 para o exercício de 2019, o valor de R\$ 107.622,35 para o exercício de 2018, o valor de R\$ 104.710,56 para o exercício de 2017, e o valor de R\$ 78.486,14 para o exercício de 2016, onerando o crédito orçamentário 120.102, de classificação funcional programática 13.392.1213.5727.0000 e categoria econômica 33.90.37.95.

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço unitário de R\$ 144,13 para 03 Postos de 44 Horas Semanas – Diurno – Segunda a Sexta-feira, perfazendo uma média mensal de R\$ 9.512,58;

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem em vigor